



**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
ESTADO DO PARANÁ**

1. Este documento é parte integrante da oitava revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Estado no último triênio, com ênfase no exercício de 2011, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2011, o Estado apresentou resultado primário superavitário de R\$ 1.513 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 20.055 milhões e da despesa não financeira de R\$ 18.542 milhões. Este resultado foi influenciado pelo desempenho da receita líquida. Da mesma forma em 2010, o Estado apresentou superávit primário de R\$ 1.137 milhões, e em 2009 o superávit primário foi de R\$ 958 milhões.
4. O Estado incorreu em insuficiência financeira de R\$ 501 milhões em 2011, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultados opostos aconteceram em 2010 e 2009, quando o Estado apresentou deficiências de recursos de R\$ 3 milhões e R\$ 162 milhões, respectivamente.
5. A receita bruta evoluiu de R\$ 19.477 milhões em 2009 para R\$ 22.150 milhões em 2010 e alcançou R\$ 24.990 milhões em 2011, apresentando crescimento de 3,96% em relação a 2010. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de arrecadação própria, que apresentaram crescimento de 3,75%, passando de R\$ 17.600 milhões para R\$ 19.815 milhões. Após a dedução das transferências a municípios, a receita líquida alcançou R\$ 20.055 milhões em 2011.
6. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 79,00%, 79,46% e 79,29% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 79,78% das receitas de arrecadação própria em 2011, cresceu 5,61% em relação a 2010 em decorrência, segundo informação do Estado, das novas políticas de recuperação de créditos, das alterações na legislação de importação e de operações na área de fiscalização.
7. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 14.667 milhões em 2009 para R\$ 16.708 milhões em 2010 e alcançaram R\$ 18.542 milhões em 2011, correspondendo a crescimento de 2,27% em relação a 2010. Tal crescimento em 2011 é explicado principalmente pelo desempenho das despesas com pessoal, que tiveram incremento de R\$ 1.837 milhões (8,01%) em relação a 2010.
8. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 64,07%, 63,84% e 67,43% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 8,69% dos gastos com o executivo (administração direta) e de 4,86% com inativos e pensionistas em relação a 2010, que representaram 35,46% e 27,86%, respectivamente, do total. Essa evolução decorreu, mormente, dos aumentos salariais concedidos de 6,5% nas tabelas de vencimento básico a todos os quadros e carreiras, bem

como às reestruturações promovidas nas carreiras do quadro próprio do poder executivo. Embora tenha havido crescimento de 5,52% da receita corrente líquida (RCL), a relação despesas com pessoal / RCL subiu de 60,81% em 2010 para 62,25% em 2011.

9. O Estado criou a PARANAPREVIDÊNCIA por meio da Lei Estadual nº 12.398/98, com o objetivo de gerir o sistema previdenciário do Estado. Esta Instituição constitui-se um Serviço Social Autônomo, paraestatal, de natureza privada e está ligada ao governo estadual pelo Contrato de Gestão celebrado com a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP. A Instituição firmou convênios com todos os Poderes para gestão previdenciária dos servidores, caracterizando-se, dessa forma, a unificação da gestão previdenciária de todos os Poderes do Estado do Paraná. Foram criados dois Fundos, sendo um de capitalização (Fundo de Previdência) e outro de repartição simples (Fundo Financeiro), de acordo com a segregação de massas adotada.

10. O Fundo de Previdência é capitalizado, possuindo atualmente ativos financeiros superiores a 6,5 bilhões de reais, e superavitário, desonerando o Tesouro Estadual de cobrir suas obrigações, que totalizaram mais de R\$ 1.242 milhões em 2011. No exercício de 2011, este fundo apresentou um superávit superior a R\$ 2 bilhões, deduzindo-se das receitas os benefícios que foram pagos. O Fundo Financeiro é de repartição simples e apresenta déficit corrente permanente, cuja diferença é coberta pelo Tesouro Estadual, abrangendo 80% da massa de beneficiários. Como o Fundo Financeiro é deficitário, o custo não é totalmente suportado pelas contribuições dos servidores e pela cota patronal, sendo necessário o aporte de recursos por parte do tesouro estadual. Assim, o Estado repassou integralmente os valores necessários aos pagamentos dos benefícios devidos aos aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, o qual apresentou uma insuficiência financeira superior a R\$ 3.149 milhões em 2011.

11. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 35,93%, 36,16% e 32,57% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o decréscimo dessas despesas deveu-se, principalmente, à redução de 48,23% dos gastos com investimentos e do aumento de 4,57% com outras despesas correntes em relação a 2010, que representaram 12,56% e 82,31%, respectivamente, do total.

12. Os investimentos evoluíram de R\$ 986 milhões em 2009 para R\$ 1.351 milhões em 2010 e recuaram para R\$ 759 milhões em 2011, correspondendo a 7,40%, 8,84% e 4,39% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Conforme explicado pelo Estado, tal desempenho dos Investimentos deve-se ao início de uma nova gestão no Governo Estadual que levou à revisão de projetos.

13. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve expansão de R\$ 4.016 milhões em 2009 para R\$ 4.381 milhões em 2010 atingindo R\$ 4.971 milhões em 2011, correspondentes a 30,16%, 28,68% e 28,75% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Segundo o Estado, as despesas nas funções que possuem vinculação constitucional e legal, principalmente saúde e educação contribuíram significativamente para esse incremento em 2011.

14. No que se refere ao comportamento das sentenças judiciais, o Tribunal de Justiça do Estado informou que o estoque de precatórios pendentes de pagamento está sendo apurado. O controle de precatórios está sendo feito pelo Sistema de Gestão de Precatórios do Tribunal, cujos registros contábeis são realizados em duas contas judiciais. Por força dos §§ 6º e 8º do art. 97 do ADCT, com redação instituída pela Emenda Constitucional nº 62/2009, as entidades devedoras podem realizar a reserva de até 50% dos valores depositados para o pagamento de precatórios

requisitórios, sob forma especial de liquidação de débitos. Há três modalidades diferidas de pagamento (leilão, elaboração de ordem única e crescente de valores e câmara de conciliação). Por expressa disposição dos dispositivos mencionados, a opção pela reserva de percentual para pagamentos especiais e a sua execução é de competência exclusiva do Poder Executivo. O Presidente do Tribunal de Justiça, enquanto gestor das contas dos precatórios requisitórios, atua na condição de fiscalizador da aplicação dos recursos reservados à conta dos atos do Poder Executivo (denominada conta executiva, no âmbito do Sistema de Gestão de Precatórios). Conforme demonstrado no RGF do 3º quadrimestre de 2011, o saldo de Precatórios do exercício de 2011 é de R\$ 4.608 milhões.

15. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 14.725 milhões em 31 de dezembro de 2009, passou para R\$ 14.325 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando decréscimo de 11,33%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 13.836 milhões, apresentando diminuição de 3,41% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à redução de 2,88% da dívida referente à Lei nº 9.496/97 e de 18,84% da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do tesouro. Esta última refere-se, em sua maior parte, à dívida da Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR, refinanciada sob a Lei n.º 8727/93, honrada pelo Tesouro do Estado, mesmo não tendo sido objeto de assunção formal por parte deste.

16. Na composição da dívida estadual em 2011, a relativa à Lei nº 9.496/97 foi a de maior representatividade. Sua participação no total da dívida financeira passou de 61,60% em 2010 para 61,95% em 2011. Em seguida, aparece a dívida relativa a Outras Dívidas Contratuais – Bancos Privados, que se referem à dívida “BEP/Títulos”, relativa ao contrato com o BANESTADO, que representava 10,32% da dívida financeira em 2010 e passou a representar 11,35% em 2011. Esta dívida é referente ao “Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Títulos Públicos em caução” celebrado entre o Estado do Paraná e o Banco do Estado do Paraná S.A. (BANESTADO) relativo aos títulos mobiliários emitidos por Alagoas, Santa Catarina, Guarulhos e Osasco. Devido à indefinição decorrente de pendências judiciais o serviço projetado no triênio do Programa não considera as obrigações decorrentes do citado contrato e inclui o seu saldo até o ano de 2030.

17. A relação Dívida Financeira/RLR foi de 1,11, 0,89 e 0,83 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Contribuíram para a queda dessa relação o crescimento da RLR, que passou de R\$ 13.265 milhões em 2009 para R\$ 16.026 milhões em 2010 (aumento de 10,12%) e atingiu o valor de R\$ 17.550 milhões em 2011 (aumento de 4,30%), associado ao decréscimo da dívida decorrente das amortizações ocorridas no período.

18. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê resultados primários positivos de R\$ 466 milhões em 2012, R\$ 102 milhões em 2013 e R\$ 263 milhões em 2014, que, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados, gerando atrasos/deficiência em 2012, que serão cobertos pelas suficiências projetadas para 2013 e 2014.

Lindemberg de Lima Bezerra
Secretário Adjunto
Secretaria do Tesouro Nacional

Arno Hugo Augustin Filho

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

[Handwritten initials]

